

O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, reagiu com justa revolta à decisão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que elimina da reforma da Previdência a aposentadoria especial do Poder Judiciário e mantém a do Legislativo, que permite o privilégio escandaloso da aposentadoria depois de oito anos de mandato.

Antônio Carlos anunciou que vai colocar em votação, dentro de dez dias, projeto de lei extinguindo o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), já aprovado na Câmara e devidamente engavetado no Senado. A reação não se fez esperar. Os líderes dos partidos governistas no Senado resolveram restabelecer, na votação em plenário, as regras especiais para a aposentadoria dos juízes, esboçando manobra para obter o aval do poder togado.

A restauração da cumplicidade na sinecura, sem exceções, pareceu-lhes ser a melhor forma de comprar o silêncio das altas esferas da República, comprometendo os magistrados numa operação que transfere parcialmente para seus ombros o ônus ético de uma regra de exceção. Os senadores não querem meramente sócios, querem cúmplices. Em

Brasília é assim, na base da cumplicidade.

Em vez de passarem a última semana refletindo sobre os reflexos políticos desastrosos de uma deliberação em benefício próprio, os senhores senadores preferiram usar esse precioso tempo imaginando meios de melhor manter suas vantagens. Ou seja, enquanto acabam com a aposentadoria por tempo de serviço para a população em geral, mantêm a deles a partir de oito anos de contribuição. Cedem os dedos do cidadão brasileiro para manter seus anéis no ócio sem dignidade.

O presidente da República declarou, na sua entrevista à *Veja*, que o fisiologismo e o patrimonialismo – a confusão do público e do privado – uma espécie de segunda natureza em grande parte da classe política brasileira. Aqui, diz ele, utilizam os cargos para fins de clientela, ou pessoais, ou familiares.

O mesmo pode-se dizer do culto do privilégio. O cargo eletivo nunca é visto como *munus*, mas apenas como carta branca para a corretagem de favores. Como se o parlamentar fosse um eleito dos Deuses e não pelo voto dos cidadãos, que pagam seus salários e garantem suas aposentadorias especiais.